

BRASIL

- As disparidades no PIB per capita em relação aos países da OCDE têm vindo a diminuir lentamente, mas permanecem grandes e são principalmente devidas a um desempenho relativamente fraco da produtividade do trabalho.
- Entre as áreas prioritárias, têm sido realizados progressos na expansão do acesso à educação (nomeadamente através dos programas de transferência condicional de renda), na promoção do investimento em infraestruturas e na redução da informalidade no mercado de trabalho. As reformas, porém, nas áreas da fiscalidade e dos mercados financeiros têm registrado progressos mais restritos.
- Uma força de trabalho com um maior nível de instrução, melhores infraestruturas, menores distorções fiscais e uma intermediação financeira mais eficiente reforçariam os avanços em termos de produtividade, ao mesmo tempo que a utilização da mão-de-obra poderia ser intensificada através da elevação das idades de aposentadoria.
- O desempenho escolar revela uma distribuição altamente desigual, embora um maior acesso à educação tenha contribuído para a diminuição das desigualdades de rendimentos nos últimos anos. Ações mais amplas nesta área poderão não apenas aumentar o crescimento econômico, mas também proporcionar, simultaneamente, maiores reduções nas desigualdades em termos de rendimentos.

Indicadores de desempenho de crescimento

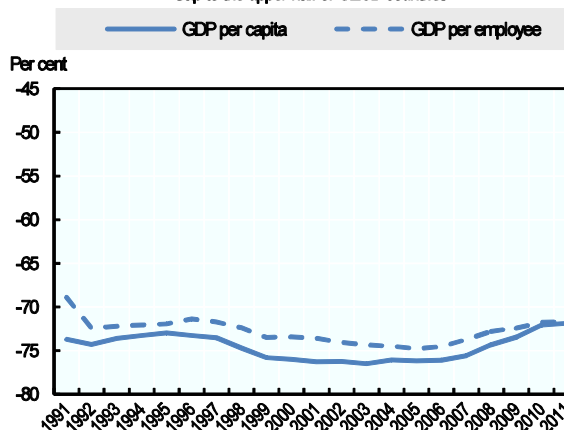
A. Average annual growth rates

Per cent

	2001-06	2006-11
GDP per capita	2.1	3.3
Labour utilisation ¹	1.4	0.9
Labour productivity	0.7	2.4

B. Gaps in GDP per capita and productivity are large but have started to decline

Gap to the upper half of OECD countries²



1. A utilização do trabalho é definida como sendo o rácio do emprego total no âmbito da população.
2. Disparidades em percentagem com relação à média simples dos 17 países da OCDE que registram os mais altos índices de PIB per capita e de PIB por assalariado (em PPAs constantes em 2005).

Fonte: OCDE, *National Accounts and Economic Outlook 92 Databases*; Banco Mundial (2012), *World Development Indicators (WDI)* e OIT (2012), *Key Indicators of the Labour Market (KILM) Databases*.

Identificação das prioridades do Objetivo de Crescimento para 2013

Prioridades confirmadas por indicadores

Melhorar os resultados e a equidade na área da educação

O aumento do nível global de instrução da força de trabalho acelerará o crescimento da produtividade.

Ações empreendidas: O Plano Nacional de Educação 2011-2020 continua a proporcionar financiamento adicional e incentivos para a educação fundamental e profissional. Novos programas, implementados em 2011, financiam formação profissional para trabalhadores pouco qualificados, bem como bolsas de estudos para formação superior.

Recomendações: Priorizar o aumento da qualidade da educação através de melhor remuneração e formação do corpo docente, bem como maiores incentivos ao seu desempenho. Expandir os programas de formação técnica e profissional de nível superior, com vista a reduzir as deficiências em matéria de competências e os índices de abandono escolar.

Aperfeiçoar os incentivos para a participação da força de trabalho formal, particularmente entre idosos

A reforma dos programas de utilidade pública proporcionará o aumento dos níveis de participação do setor formal, que são atualmente baixos.

Ações empreendidas: A reforma de março de 2012 do regime de pensão do setor público introduziu benefícios com base em economias e melhorará os incentivos ao trabalho continuado. O pagamento de subsídios de desemprego para pedidos formulados repetidamente foi condicionado à participação em formação específica a partir de julho de 2012.

Recomendações: Suprimir os desincentivos à participação da força de trabalho formal decorrentes dos programas de benefícios e das contribuições associadas. Em particular, introduzir uma idade mínima geral para a aposentadoria, conter aumentos de pensões e reduzir as contribuições sociais para trabalhadores com baixas remunerações.

Reduzir as distorções no sistema fiscal e diminuir a carga fiscal sobre o trabalho

Um sistema fiscal simplificado e menos oneroso contribuirá para acelerar os ganhos de produtividade.

Ações empreendidas: Em 2012, as contribuições profissionais foram cortadas em setores transacionáveis como o de componentes para a indústria automóvel, têxtil e eletrônica. Os impostos indiretos sobre as importações foram uniformizados em todos os Estados.

Recomendações: Reduzir a fragmentação e a complexidade do sistema tributário. Unificar os índices do Imposto sobre o Consumo de Mercadorias e Serviços (ICMS) a nível nacional e diminuir de forma mais ampla a carga tributária sobre os rendimentos do trabalho.

Outras prioridades

Aumentar o investimento privado em infraestrutura e suprimir as subsistentes barreiras à competitividade

Uma melhor infraestrutura, acessível mediante preços competitivos, acarretará um maior crescimento da produtividade.

Ações empreendidas: Novas concessões para aeroportos foram oferecidas com sucesso ao setor privado em 2012. Além disso, foi anunciada a venda de concessões para 9 autoestradas e 12 vias férreas.

Recomendações: Promover a participação do setor privado em matéria de infraestrutura, através de um maior número de parcerias e concessões público-privado. Promover a concorrência sempre que possível, inclusive através da regulação dos custos de acesso às redes. Aperfeiçoar as capacidades de

gestão para os projetos de infraestrutura aos níveis estadual e municipal. Reduzir as despesas públicas atuais, com vista à promoção do investimento em infraestrutura.

Aumentar a eficiência dos mercados financeiros

Os mercados financeiros a longo prazo são insuficientemente desenvolvidos, dificultando a alocação de capital e a produtividade.

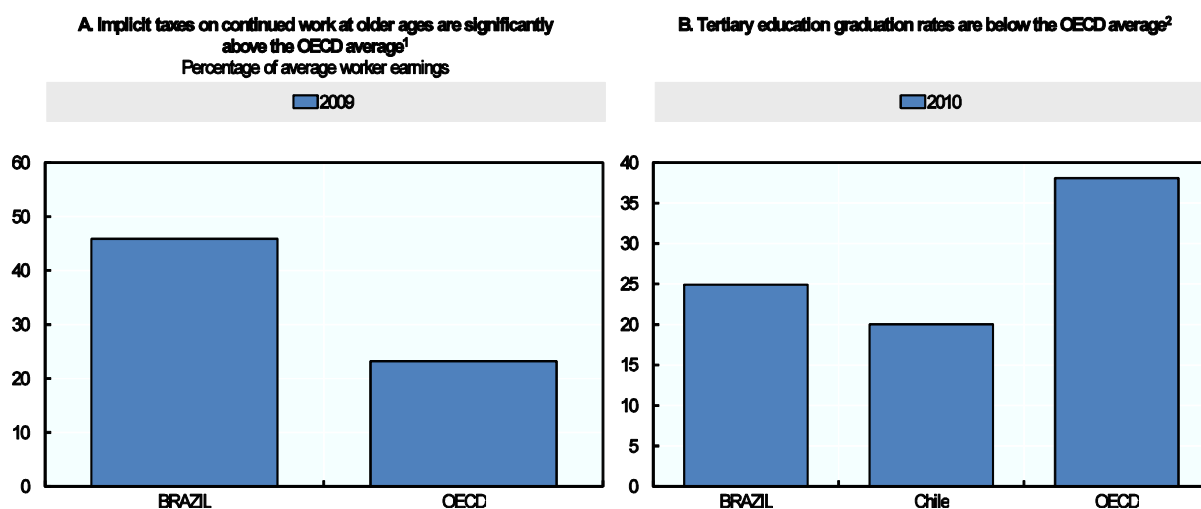
Ações empreendidas: Apesar de medidas com vista a incentivar o envolvimento do setor privado em mercado de crédito a longo prazo e de uma ligeira diminuição dos volumes de empréstimos direcionados pelo banco de desenvolvimento público em 2011, o setor público continua a ser dominante neste segmento. Os bancos públicos assumiram a liderança na contenção do alastramento da intermediação.

Recomendações: Gradualmente suprimir as disposições de crédito ordenadas a determinados setores, inclusive a agricultura e a habitação. Permitir a concorrência dos bancos privados em pé de igualdade relativamente às entidades públicas em matéria de empréstimos a longo prazo. Facilitar as exigências em termos de reservas bancárias, com vista a diminuir os custos de intermediação a médio prazo, em conformidade com o objetivo de assegurar a estabilidade e o desenvolvimento dos mercados financeiros.

As recomendações anteriores do Objetivo de Crescimento não são mais consideradas prioridades

Para este país, todas as recomendações do Objetivo de Crescimento 2011 permanecem como prioridades.

Indicadores de políticas



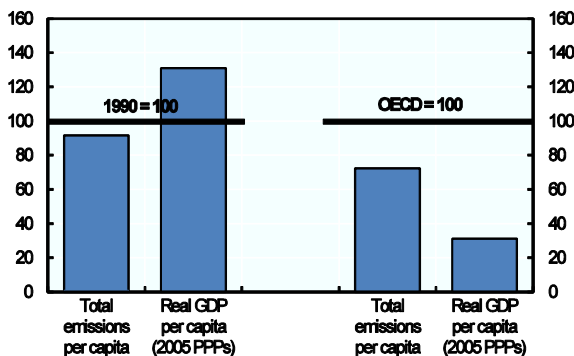
1. Imposto implícito sobre o trabalho continuado durante mais cinco anos integrado no regime de pensão de velhice aos 60 anos.
2. Índices de graduação no primeiro grau para idade típica em nível A de tipo terciário.

Fonte: Duval, R. (2003), "The Retirement Effects of Old-Age Pension and Early Retirement Schemes in OECD Countries", *OECD Economics Department Working Papers*, No. 370, OECD Publishing; OECD calculations and OECD Pension models; OECD, *Education at a Glance 2012: OECD Indicators*.

Outras dimensões de bem-estar: indicadores de desempenho

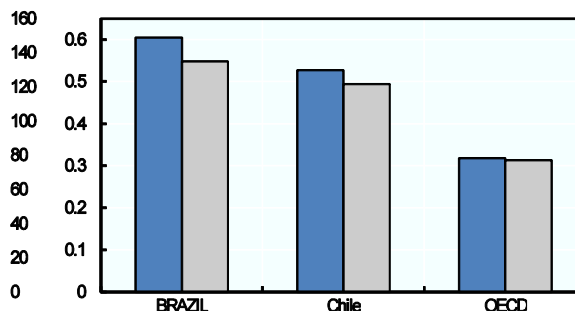
A. Emissions per capita are below the 1990 level
Average of years 2005, 2008 and 2010¹

Share in global GHG emissions:² 3.9%



B. Income Inequality³ has been decreasing but remains high
Gini coefficient

Legend: 1995⁴ (blue), 2008 (grey)



1. Volume total de emissões de gases de efeito estufa em equivalentes CO₂ do banco de dados da Agência Internacional de Energia (AIE). Este dado confere com os cálculos de emissões de gases de efeito estufa da UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas), mas não são diretamente comparáveis com os dados para os países do Anexo I em virtude de problemas de definição. A média na zona OCDE é calculada em função da mesma definição.
2. A parcela nas emissões mundiais de gases de efeito estufa é calculada através do uso de dados da AIE e é uma média dos anos 2005, 2008 e 2010.
3. As desigualdades em termos de rendimentos são medidas pelo coeficiente Gini, baseado na renda per capita para o Brasil, tendo por base o rendimento disponível das famílias equivalente após impostos e transferências para a população total para o Chile e a média na OCDE.
4. Os dados referem-se a 1993 para o Brasil e a 1996 para o Chile. A média da OCDE exclui a Estônia, a Islândia, a Coreia, a Polônia, a República Eslovaca, a Eslovênia e a Suíça.

Fonte: OCDE, *Energy (AIE) Banco de Dados*; OCDE (2011), "Special Focus: Inequality in Emerging Economies", in OCDE, *Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising*, Publicação OCDE, e *Banco de Dados da OCDE sobre Distribuição de Renda*, dados provisórios (www.oecd.org/social/inequality.htm).